

**14/8/1994**

**Omissão rende juros sórdidos**

O Município de Guariba, na Mogiana, não quer mais os serviços da Sabesp. A empresa, para aceitar a rescisão do contrato firmado há anos com a prefeitura, impõe uma indenização de Cr\$ 2,7 bilhões, dinheiro que não há e, aparentemente, não haverá. Não fosse Guariba o palco de recente conflito nas relações de trabalho rural — que se estendeu para quase todo o Estado — e teríamos apenas um quebra-cabeças a mais para a anunciada política de descentralização da máquina estatal, sob o governo Montoro.

Guariba não é a mica a repudiar a Sabesp, nem a receber o mesmo tipo de resposta por parte da empresa. A diferença é que ali, depois de um quebra-quebra de hidrômetros e de instalações da Sabesp — supostamente só por bóias-frias, moradores na periferia e sem condições de pagar as novas taxas de água e esgoto —, se formou o caldo de cultura suficiente a um confronto com plantadores de cana, em que não faltaram violência, ação de sindicalistas (de outras categorias) vindos da Grande São Paulo e o apoio de batinas ao vento, que lambeu de fogo os canaviais.

Não é uma história edificante, e não se pode dizer que alguém ou alguma instituição — incluindo o governo estadual, indeciso entre reprimir e negociar — tenha saído do episódio ileso na sua imagem e responsabilidade públicas. Até mesmo o prefeito, acusado de incitar a multidão contra a Sabesp. Ele nega a acusação e se diz preocupado com nova revolta, se a empresa não manifestar "boa vontade" em aceitar contraproposta de indenização ao alcance da receita municipal.

De qualquer modo, como ex-"gato" de bóias-frias — ou, se preferirem o eufemismo, "ex-emprego de mão-de-obra rural" —, ele deveria saber quando e com quem mexer, tanto em Guariba como no Palácio dos Bandeirantes, sede política do governo e de seu partido.

Guariba não é um paradigma, mas tão-somente um exemplo extremado dos efeitos colaterais da asfixia que a presença do Estado, em todos os setores da vida econômica e social, pode causar. Se a Sabesp não agrada a outras comunidades, menos sujeitas à violência, não há de faltar quem capitalize os sórdidos juros dessa insatisfação, em benefício de ninguém, mas da manutenção de focos de conflitos sociais. A desmontagem dos leviatãs estaduais, escondidos sob os nomes de "sociedades anônimas", ganhou, em São Paulo, um dramático argumento. E, se há políticos em sintonia com o eleitorado, eles que procurem entender a situação para não deixar que a omissão se consolide como norma administrativa.

**(Página 17)**